

## MARACAIAGUAÇU, *O GATO GRANDE*, ALIÁS, VASCO FERNANDES, OU O ELOGIO DO DISCURSO EVANGELIZADOR\*

Maria José dos Santos Cunha \*\*

**Resumo:** O artigo tem por objetivo destacar a figura pouco conhecida de Maracaiaguaçu, o chefe temiminó refugiado com a sua tribo, em 1555, na ilha de Santo António, através da versão dos jesuítas que o conheceram. Da leitura dos textos jesuítas despontam, paralelamente, a figura deste chefe, as alianças políticas, a visão edificante da conquista espiritual, que justificava a evangelização, e permite-nos aceder ao espaço comercial entre conquistadores e indígenas, entremeado de mal entendidos e compromissos, cujo final era a integração dos indígenas no mundo colonial.

**Palavras-chave:** Espírito Santo; Índios; Jesuítas.

**Abstract:** The article aims to highlight, by means of the Jesuits who knew him, the little known character of Maracaiaguaçu, the temiminó refugee leader with his tribe in 1555, on the island of Santo António. From the reading of the Jesuit texts there emerges, at the same time, the character of this leader, the political alliances and the uplifting revelation of the spiritual conquest which justified the evangelization and allows one to witness the trading space between conquerors and Indians intermingled with misunderstandings and commitments whose final objective was the integration of the indigenous people in the colonial world.

**Keywords:** Espírito Santo; Indians; Jesuits.

24

A correspondência jesuítica brasileira do século XVI imerge-nos no mundo da representação que os membros da Companhia de Jesus faziam do ameríndio. Diferente da imagem refinada pela literatura, o

---

\* Artigo submetido à avaliação em 22 de agosto de 2014 e aprovado para publicação em 1 de outubro de 2015. O texto foi escrito segundo a norma ortográfica de Portugal ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

\*\* Doutoranda da Universidade de Évora, em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais, especialidade de Cultura, Política e Sociedade. Parte deste texto, com nova redação, faz parte da tese para obtenção do grau de doutor *Os jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contatos, confrontos e encontros* (2014), apresentada à Universidade de Évora, Portugal. E-mail: [cunha.mjs@gmail.com](mailto:cunha.mjs@gmail.com).

papel do índio na nascente sociedade colonial revela-se distanciado da carga simbólica de que foi investido pelos românticos e modernistas dos séculos XIX e XX.

Quando os colonizadores chegaram à capitania do Espírito Santo descobriram uma realidade dramaticamente contrastante da metrópole e distinta da que se conhecia do oriente ou da que havia registo em terras africanas. O novo espaço incógnito, e por desbravar, era território de ameríndios, terra de perigos para os quais foi necessário encontrar soluções para as tentativas quase falhadas de colonização. A entrada dos inacianos na capitania traria novo discurso e olhar sobre o confronto entre o outro e os portugueses.

O Brasil tem a primícia das missões jesuíticas no continente americano. Em 1549, na armada organizada com a finalidade de transportar os membros que vinham dar início ao Governo-Geral na colónia, chegaram os primeiros membros da Companhia de Jesus. A sua vinda para o Brasil culminava uma relação entre D. João III e os padres renovados que havia começado antes mesmo da aprovação da Ordem a 27 de Setembro de 1540 pelo Papa Paulo III com a Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. Com efeito, desde 1538 o monarca português tinha conhecimento da existência e da boa reputação do grupo de ex-alunos do colégio de Santa Bárbara, em Paris: "Eles sam todos sacerdotes e de muito exemplo e letrados e nom demandam nada" (PINHO, 2000, p. 301), escrevera Diogo de Gouveia a D. João III. No cargo de reitor daquele colégio conhecera-os pessoalmente e seguira-lhes a trajetória até Itália sabendo que estes se haviam colocado ao serviço do papa como missionários na defesa e propagação da fé e proveito das almas na vida e na doutrina cristãs. Com esta predisposição sugerira ao rei se apressasse a solicitar a sua ida para Portugal, antecipando-se, por essa via, a outros monarcas que os desejassem para as tarefas de evangelização dos respetivos domínios, dado que aos reis católicos, por delegação papal, cabia essa tarefa. Tudo tratado deram entrada em Portugal dois dos elementos do grupo inicial, Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Rápido fizeram sucesso entre os membros da Corte pela novidade das ideias reformistas, práticas de vida e a formação filosófico-teológica, a par dos *Exercícios Espirituais*, tanto que se passou a discutir a opção de os manter em Portugal ao invés de os enviarem à Índia, tal como acontecera em Itália onde o seu sucesso era grande entre as elites. A Francisco Xavier coube a missão da Índia para a qual partiu a 7 de Abril de 1541, integrado na armada que levava o

vice-rei D. Martinho de Sousa, enquanto Simão Rodrigues permaneceria em Portugal para organizar as primeiras casas da Companhia de Jesus a que se sucederam os colégios, mormente o de Coimbra com os estudos menores e o do Espírito Santo, em Évora, no ano de 1551, depois integrado na universidade, fruto da colaboração entre o cardeal infante D. Henrique e a Companhia de Jesus, a pensar na formação dos jovens que pretendessem seguir a vida clerical ou daqueles já nela integrados e aberta a estudantes laicos que frequentavam, sobretudo, os cursos de Humanidades e Artes. Nas classes de Teologia e Filosofia formaram-se destacados elementos que tiveram como destino o clero diocesano e, entre os jesuítas, os das missões internas, do Oriente, do Norte de África e do Brasil. Formado nesta universidade e com passagens pelo Espírito Santo, destacou-se o padre Fernão Cardim, ministro do colégio de Évora, (CARDIM, 1939, p. 249). Primeiro na qualidade de secretário do padre visitador Cristóvão de Gouveia, cuja missão teve início no ano de 1583 e entre 1604 a 1609 no cargo de Provincial. A ele pertence a informação da visita em 1585 às aldeias de São João e de Nossa Senhora da Conceição, ambas localizadas no atual município da Serra, a primeira na área correspondente ao bairro de Carapina e a segunda na sede do município, bem como detalhes das atividades missionárias. Comprometido com a evangelização e testemunha da relação de forças entre ameríndios e portugueses noutras capitâneas da colônia brasileira, anotou Cardim haver no Espírito Santo “mais gentio para converter que em nenhuma outra capitania” (1939, p. 301). Essa constatação fazia-se acompanhar da necessidade e cuidado em proteger os povos autóctones, procurando evitar-se a extinção destes provocada pelas guerras e pela captura. Aliás essa mesma preocupação e denúncia era feita desde 1559 (NÓBREGA, 1988, p. 197). Prosseguir com as entradas a partir desta capitania e obter do capitão donatário o apoio em favor dos indígenas contra os ataques praticados pelos portugueses, em especial para evitar a sua escravização (CARDIM, 1939, p. 249) era uma preocupação constante entre os elementos da Companhia de Jesus que operavam no Espírito Santo e ganhara forma cerca de trinta anos antes com a chegada dos Temiminós chefiados por Maracaiaguaçu. Com efeito, as estratégias missionárias de evangelização e inculturação passavam pela tolerância de alguns costumes ameríndios, excepto a poligamia, a antropofagia e a feitiçaria, tidos por antagónicos ao cristianismo<sup>1</sup> e a adopção temporária de

---

<sup>1</sup> NÓBREGA, Manuel da. “Diálogo do padre Nóbrega sobre a conversão do gentio”. In *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte. Itatiaia; São Paulo: USP, 1988, p. 229-245. O plano de

costumes ameríndios, com vista à transformação dos autóctones e, como tal, favoráveis à colonização do espaço.

No ano de 1552 o padre Manuel da Nóbrega entregou ao padre Afonso Brás e ao irmão Simão Gonçalves a abertura da primeira missão jesuítica no Espírito Santo tendo estes escolhido a vila de Vitória para a sua instalação. No ano seguinte obtiveram de Duarte de Lemos umas terras nas quais fizeram erguer as moradas da sua residência e a igreja sob a invocação do apóstolo Santiago Maior (RODRIGUES, 1988, p. 58) além de terras para cultivo nos lados de Jucutuquora (ARSI, Bras. 11, fol. 475).<sup>2</sup>

Embora dirigidos mais para a cristianização dos habitantes naturais do Brasil, derivado da união íntima na pessoa do rei do dever de dirigir e incentivar a expansão do cristianismo em todos os territórios ultramarinos, na figura do padroado, a atuação dos jesuítas envolveu as comunidades portuguesas e de escravos africanos, a par com o clero diocesano e o de outras ordens religiosas. No que à capitania do Espírito Santo diz respeito começaram por assumir o cuidado espiritual dos índios escravizados, que viviam no contato direto com os colonizadores, e dos das aldeias livres ao redor das vilas do Espírito Santo e de Nossa Senhora da Vitória e dos paroquianos portugueses que a habitavam. Na tentativa de reformar os hábitos foram criadas as Confrarias do Menino Jesus, dirigida à educação e formação de meninos e adolescentes, e da Caridade contra as blasfêmias e juras (ANCHIETA, 1988, p. 47), cujas multas aplicadas aos infratores revertiam a favor do dote das órfãs.

O programa missionário institucional visava potenciar os fatores de penetração do cristianismo nos ambientes socio familiares e culturais e passava pelo conhecimento dos catecúmenos, o cuidado dos mesmos e a educação das crianças, dos adolescentes, em especial os filhos dos morubixabas. A aprendizagem da língua da região e a proximidade às pessoas eram dois requisitos primordiais para a compreensão dos neófitos (LA MISSION, 2005, p. 190), e tidos como facilitadores da cristianização do indivíduo no seu meio familiar e social. As práticas, retomando-se a questão do direito do padroado português, inseriam-se naquilo que os monarcas esperavam dos jesuítas e disso

---

evangelização proposto por Nóbrega parte da análise das sociedades ameríndias em contacto com os portugueses e é particularmente interessante para o estudo da capitania do Espírito Santo, porquanto se serve da realidade dos índios Temiminós que, sob a chefia de Maracaiaguaçu, haviam procurado a proximidade com os portugueses nesta capitania, tema principal deste texto.

<sup>2</sup> O documento encontra-se em Archivum Romanum Societatis Iesus, Brasilia, 11, fol. 475 e foi transcrito a p. 129-130 do exemplar da tese entregue à UE.

estavam eles bem cientes. Era o rei que os financiava e supria nas necessidades físicas, razão pela qual Nóbrega, em carta dirigida a D. João III, fala dos comportamentos e das atitudes pecaminosas de causar escândalo dos cristãos em solo brasileiro e procurava satisfazer ao rei, buscando-lhe a proteção “e ser cousa de que tanto proveito resultará á glória [de Jesus Cristo Nosso Senhor] e bem a todo o Reino e consolação a Vossa Alteza” (NÓBREGA, 1988, p. 126).

Em inícios do ano de 1555 dois acontecimentos geraram comoção entre os habitantes das vilas do Espírito Santo. A revelação de ambos pertence ao padre Luís da Grã que, de passagem pelo Espírito Santo, aguardava na residência jesuítica de Vitória embarcação que o conduzisse a São Vicente e deles fez o relato. Durante a Quaresma, antes do dia 14 de Abril, houve um ataque de índios Tamoios nas imediações das terras ocupadas pelos portugueses:

[...] até o tempo que eu aqui cheguei, onde se começou a guerra por que já dantes estavam esperando; porque, daí a sete ou oito dias, fizeram os tamoios um salto, em que levaram sete pessoas, ainda que nenhum era algum dos brancos senão um moço mameluco (*Novas cartas jesuíticas*, 1940, p. 178).

28

E o outro, de implicações mais vastas, foi a chegada de Temiminós da Guanabara, liderados pelo morubixaba Maracaiaguaçu ou Gato Grande, conhecido aliado dos portugueses naquela região.

Em determinada altura:

*Maracaiaguaçu*, que quer dizer *Gato Grande*, que é mui conhecido dos cristãos e mui temido entre os gentios e o mais aparentado entre eles. Este vivia no Rio de Janeiro e há muitos anos que tem guerra com os Tamoios, e, tendo dantes muitas vitórias deles, por derradeiro vieram-no pôr em tanto aperto, com cercas que puseram sobre a sua Aldeia e dos seus, que foi constrangido a mandar um filho seu, a esta capitania, a pedir que lhe mandassem embarcação pera se vir pelo aperto grande em que estava, porque ele e sua mulher e seus filhos e os mais dos seus se queriam fazer cristãos (*Novas cartas jesuíticas*, 1940, p. 180).

Em termos estratégicos, a iniciativa do cacique Maracaiaguaçu procurava uma solução que invertesse a fragilidade na qual se encontrava. Na Guanabara desenhava-se-lhe a derrota. Para São Vicente estendiam-se os tupinambás inimigos, genericamente sob o nome de tamoios, e onde os portugueses começavam a ver as suas posições ameaçadas. A norte de Macaé até à fronteira

sul do Espírito Santo era território dos Goitacazes, do grupo macro-jê e de feroz reputação. Ainda de acordo com a carta escrita pelo padre Grã, Maracaiaguaçu havia anteriormente pedido a aproximação aos portugueses na pessoa de Tomé de Sousa, provavelmente numa das ocasiões em que este fundeara na baía da Guanabara (*Novas Cartas Jesuíticas*, 1940, p. 180).

A opção natural vislumbrou-a com os portugueses da donataria do Espírito Santo. Começava a configurar-se, assim, o duplo sistema de alianças entre os indígenas, os portugueses e os franceses no litoral do sudeste brasileiro. Basicamente, tratava-se de uma aliança de Tupiniquins de São Vicente e do Espírito Santo, Temiminós do Rio de Janeiro e Portugueses e a outra aliança formada pelos Tupinambás do Rio de Janeiro e de São Vicente (os Tamoios) e os Franceses.

Pouco se conhece deste grupo morador na região da baía da Guanabara, espaço no qual os portugueses fundariam, do lado direito desta baía, a cidade do Rio de Janeiro. Pertencentes à família tupi, estavam em guerra com os vizinhos, igualmente tupis, pertencentes à chamada confederação dos tamoios, que se haviam tomado de inimizade com os portugueses e ocupavam espaços da grande região litoral entre Cabo Frio e Bertioga. A propósito da inimizade entre Temiminós, identificados como *Maracaiás* e dos *Tupinambás* que integravam o grupo confederado tamoio, escreveu Thévet que “entram amiúde em conflito e a hostilidade entre as duas nações é tão inveterada que parece mais fácil misturar água com fogo, sem que uma altere o outro, do que juntar tupinambás e maracajás sem terríveis disputas” (1575, p. 909).

Num primeiro momento, o pedido de socorro apresentado pelo emissário não pôde ser atendido dada a ausência do donatário, sob a alegação de não se deverem imiscuir diretamente em territórios pertencentes à capitania de São Vicente (*Novas Cartas Jesuíticas*, 1940, p. 180). Todavia, no regresso de Vasco Fernandes Coutinho empenharam-se os padres jesuítas Brás Lourenço e Luís da Grã no simultâneo papel de conselheiros do capitão donatário e de advogados dos Temiminós nas conversações conducentes à transferência do grupo da Guanabara para as proximidades de Vitória: “Pedimos-lhe então muitas pessoas que sendo certa a extrema necessidade em que diziam estar” (*Novas cartas jesuíticas*, 1940, p. 180). Superada a resistência inicial de Vasco Fernandes Coutinho, as ordens do donatário foram mais prudentes que entusiásticas quanto à receptividade do grupo: *que não os trouxessem se não estivessem em extrema necessidade*. Mas estavam, porque:

Chegando lá os navios, estando já com casas e fato queimado, dentro em dia e meio se embarcaram com tanta pressa, que havia pais que deixavam na praia seus filhos, e dois que ficavam na praia para expirar, já de fome, batizaram logo, e no-los deram (*Novas cartas jesuíticas*, 1940, p. 181).

De acordo com a data da carta supra citada, a 24 de Abril de 1555 o ato estava consumado.

A proximidade geográfica e as boas relações entre jesuítas e Maracaiaguaçu, estabelecido com os seus na aldeia da vila (*Cartas*, 1988, p. 240), portanto na ilha de Santo António, facilitavam o trabalho de inculturação. A ele se referem para informar que o Irmão António Rodrigues os chamava pela vila e doutrinava em 1556:

pella villa com uma campainha a convocal-os em Deus e, depois que os tinha juntos fazia-lhes primeiro a doutrina em nossa lingua, e depois, com uma breve declaração, a tornava a dizer na sua (*Cartas*, 1988, p. 179).

Entretanto, aos índios de Maracaiaguaçu e aos da aldeia de Maraguay, para comodidade dos missionários, evitando-lhes deslocções morosas e suplementares, ordenara Vasco Fernandes Coutinho a junção num único aldeamento "perto da villa" (*Cartas*, 1988, p. 222). Este ato, aparentemente simples, espelha uma alteração nas estratégias e atividades missionárias dentro da província jesuítica brasileira no momento da passagem da adoção de práticas indígenas para a vida concentrada em aldeamentos, onde se juntavam diferentes etnias, sob a assistência dos missionários.

Para que menos de nós bastassem a ensinar a muitos e tirasse o comer para carne humana, ao menos áquelles que estavam sujeitos e ao derredor da cidade, tanto quanto seu poder se estendesse (NÓBREGA, 1988, p. 202).

O momento no Espírito Santo, antecede assim a autorização somente concedida pelo governador-geral Mem de Sá e previamente recusada pelo seu antecessor Duarte da Costa, não obstante os reiterados pedidos apresentados pelos superiores jesuítas..

Voltamos a ter novas notícias sobre o *Grande Gato* e dos seus dois anos depois, por motivo do batizado de um de seus filhos.

No dia 20 de Janeiro de 1558 a doença, resultante do ferimento de uma flechada, de um dos filhos do principal Maracaiaguaçu ou Grande Gato precipitou o batismo e casamento daquele, precatando-se, desse modo, a salvação da alma do neófito que recebeu o nome de Sebastião Lemos em honra do santo do dia e do senhor da ilha onde residiam e na altura se achava presente.

Façamos aqui um parêntese para melhor se poder localizar e contextualizar a cerimónia e algumas das pessoas que dela participaram e se tornaram relevantes no desenvolvimento do decurso da evangelização e do momento histórico da capitania.

Pouco depois da tomada de posse do governador-geral Mem de Sá<sup>3</sup> uma das primeiras ações executivas do novo governador foi atender ao pedido de ajuda enviado do Espírito Santo pelo seu capitão-donatário, Vasco Fernandes Coutinho:

Dezia que o gentio da sua capitania se allevantara e lhe fazia crua gerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos e que ho tinham serquado na villa//onde dias e noites ho combatião e que nam podia deixar de se entregar a que o comesem se ho não socorresem com mujita brevidade (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 1905, p. 132).

31

O auxílio fez-se prestes com a nomeação do filho Fernão de Sá no comando duma força de quase duzentos homens distribuídos por seis navios. Zarpados de Salvador no início do mês de Janeiro de 58, a eles se juntaram reforços na vila de Porto Seguro onde governava Duarte de Lemos. Conta o jesuíta António Blasquez que Fernão de Sá recebera ordens do pai para acudir à situação preocupante de Vasco Coutinho e companheiros. Porém, chegados ao litoral da capitania do Espírito Santo “foram dar onde não os mandavam<sup>4</sup>” (*Cartas*, 1988, p. 215). Depreende-se então que o destino da expedição militar seria entrar na barra do rio Santa Maria para defesa dos moradores das vilas do Espírito Santo e de Vitória, porém as forças auxiliares de Porto Seguro desviaram a pequena armada para as margens do rio Cricaré<sup>5</sup> e nele investiram contra três aldeias. A iniciativa não parece despropositada do ponto de vista da

---

<sup>3</sup> A viagem atribulada de Mem de Sá de Lisboa a Salvador durou oito meses quando, em condições favoráveis, seria feita em dois. A partida de Lisboa deu-se em finais de Abril de 1557, a sua tomada de posse datará, portanto, de finais de Dezembro de 1557 (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 1905, p. 131-132).

<sup>4</sup> Carta escrita da Baía a 30 Abril 1558.

<sup>5</sup> Atual rio São Mateus.

oportunidade de apresarem o maior número possível de índios que, reduzidos à escravidão, representavam uma fonte de rendimento para os captadores. Tal como significava aproveitar a oportunidade de dar combate aos aguerridos índios que costumavam assolar os cristãos das duas capitanias (ANCHIETA, 1988, p. 359; SALVADOR, 1918, p. 167).

Prosseguindo para a vila onde se encontrava Vasco Fernandes Coutinho “porem jaa nom estaua serquado e o gemitjo com a novaa da destroição das fortalezas se Recolherão a huma fortalleza em que tinhão grande confiança”<sup>6</sup>. Juntos determinaram o ataque a essa aldeia. Antes, porém aconteceu o batizado do filho de Maracaiaguaçu narrado pelo padre Francisco de Pires, que ocupava o cargo de superior no Espírito Santo. Por deferência ao pai e reconhecimento da colaboração prestada, foram seus padrinhos homens preeminentes da capitania, Duarte de Lemos, que recebera a ilha de Santo António em sesmaria, Bernardo Sanches da Pimenta, que desempenhava as funções de provedor, e André Serrão. A celebração rápida e simples, “porquanto o Indio estava doente e mal poude vir á igreja” (*Cartas*, 1988, p. 220), contrastou com a solenidade do seu funeral, oportunidade para se usar da ostentação e pompa como parte do processo de transformação das consciências e de evangelização. A partir daqui os acontecimentos precipitaram-se.

Convenientemente, mesclaram-se os rituais da morte católicos e indígenas numa dinâmica tida por mais atrativa à difusão do ideal cristão e dirigida a impressionar os sentidos. A descrição do funeral e do cortejo fúnebre são a imagem do contexto de realização do mesmo e descreve os sinais de um protocolo de fé entre a Companhia de Jesus, a comunidade portuguesa e os novos crentes sendo que o espírito religioso actuava como forma de socialização e convivência dos distintos grupos sociais.

Sebastião de Lemos, *o filho do Gato*, faleceu na última semana da Quaresma, sábado, dia 2 de Abril, mas desde quinta-feira, dado o agravamento da sua condição física, os jesuítas foram presença constante junto dele e dos familiares, aos quais guiaram nos procedimentos relativos à morte:

Fomos buscal-o com grande pompa e solemnidade: primeiramente o Padre Vigario levava o Cruxifixo nas mãos coberto de luto, como ás sextas-feiras na quaresma se costuma fazer, e sua cruz diante e a dos meninos, e o Governador na procissão com toda a demais gente da

---

<sup>6</sup> ABN. Vol. 27, 1906, p. 167, depoimento de Mestre Afonso, bacharel, cirurgião d’El Rei.

terra, e assim, nós cantando e elles pranteando, o trouxemos á nossa igreja; muito se espantaram e edificaram os Índios de ver aquelle concerto que davamos, que logo na noite seguinte prégou Jaraguay, dizendo que aquella era a verdade e que deviam todos ser bons christãos (*Cartas*, 1988, p. 221).

Em ano de rebeliões e guerra com algumas tribos indígenas a norte, as cerimónias fúnebres foram a oportunidade para a congregação de esforços de todas as entidades, associações e privados e funcionaram como espaço de convívio intercultural com a mescla dos ritos católicos e indígenas. Com efeito, todo o cerimonial conseguiu despertar nos índios o efeito desejado e que era a passagem e incorporação para o modo de vida dos cristãos. A nota distinta dos cânticos, pelo lado cristão, e do prantear do defunto, ao modo *deles*, conseguiram agregar elementos tão inusitados quanto apreciados nas culturas indígenas e promoveram a adesão ao discurso evangelizador. Os efeitos da música, cânticos e gestos sobre os índios, recurso amplamente usado pelos jesuítas na catequese, tem na descrição do funeral o primeiro registo documentado desta prática no Espírito Santo. Para os jesuítas representava aquilo que se considerava como o elo secreto entre as culturas indígenas e a portuguesa e serviram como base para a expansão da evangelização, estratégia utilizada para fazer avanço na ocidentalização dos Temiminós.

33

Envolvido pelos sentimentos da morte potenciados pela encenação sedutora, Maracaiaguaçu falou, na noite seguinte, aos seus acerca da excelência da conversão à nova fé. Dias depois os jesuítas celebraram uma missa por alma do defunto, em *officio cantado* (*Cartas*, p. 221). Maracaiaguaçu recebeu novo destaque ao ter sido sentado nos assentos da primeira fila da igreja de Santiago entre Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro capitão-donatário e o filho deste, de mesmo nome, que sucedeu ao pai como governador da capitania. Depois da missa o capitão donatário convidou *O Gato* e alguns dos seus para, juntamente com o padre Francisco Pires, irem a sua casa. Aí puderam tratar das questões que afligiam os dois chefes, mormente os conflitos *entre os da terra e os Brancos* que conduzira a confrontos entre as duas comunidades (*Cartas*, p. 221). Nas conversações, com recurso a intérprete, o padre jesuíta teve uma participação ativa, pois foi sua a sugestão de se estreitarem mais os laços entre as duas comunidades através dos batizados de Maracaiaguaçu e sua mulher e, bem assim, do casamento de ambos, no que *O Gato* e a mulher concordaram. Para selar o acordo simbolizado pelo ato religioso, mas de significado social e político, Maracaiaguaçu, a mulher e os filhos receberiam respetivamente o

nome de Vasco Coutinho, o da mãe e dos filhos deste. Desta forma, a nobreza do governador da capitania transferia-se, por parentesco político, para a nova nobreza da terra. Para os portugueses, acostumados à cultura que valorizava as alianças através dos laços de parentela, a solução era bem acolhida. Pelo lado da cultura indígena agraciar o chefe português era bem visto, além de que, como guerreiro, receber um nome elevava o seu estatuto perante a tribo. Para os jesuítas, era uma forma de conferir através do batismo um nome pela via da paz e da fé que abraçavam, sem que houvesse necessidade de recorrer à morte de outro guerreiro. O pacto seria comemorado com uma festa que Vasco Coutinho, visivelmente satisfeito com o resultado da negociação, se propôs a organizar. Duas conclusões imediatas se podem retirar: a de que os jesuítas desempenhavam um papel importante entre os mundos português e indígena e funcionavam como uma ponte a nível religioso, social e político, aceites e respeitados tanto por um, como por outro, capazes de influenciar a tomada de decisões e a de que a evangelização dos Temiminós avançava satisfatoriamente:

[...] acabado o officio o levou á sua casa para lhes fazer uma pratica por causa dos Negros, porquanto havia sucedido entre ambos uma revolta, *scilicet*: entre os da terra e os Brancos, e estando eu presente disse ao Sr. Governador que lhe mandasse dizer que, para de todo ser nosso irmão, porque não tratavam da amizade e amor que havia entre ele e os Brancos; já não lhe faltava sinão ser baptizado e casado com sua mulher. Dizendo-lhe assim o língua, respondeu que muito queria, e sua mulher, que estava presente, o mesmo; disse o Sr. Governador que, porquanto a amava muito, lhe queria fazer uma grande festa no dia do seu baptismo e por este amor queria que tomasse o seu nome e sua mulher o de sua mãe e seus filhos os nomes dos seus, e assim os poz por cada um, e assim assentámos em baptizar- o para a festa do Espirito Santo (*Cartas*, 1988, p. 221).

34

Se os batismos foram realizados na data acordada, Vasco Fernandes Coutinho não pôde assistir à cerimónia nem à festa que se prontificara a organizar. Nesse dia já se encontrava em viagem para o Reino, pois é de 22 de Maio de 1558 uma carta sua escrita em Ilhéus endereçada a Mem de Sá, ou seja, o domingo anterior ao de Pentecostes, celebrado a 29 de Maio. Supomos que essa viagem já estivesse nos seus planos e aguardasse apenas a oportunidade de poder embarcar, o que acontecia ao estilo e ritmo das viagens do século XVI.

Na segunda metade daquele ano surgiu um surto epidémico entre os índios, tanto nos escravos, quanto nos livres, que entrou pelo ano seguinte. A epidemia começara no Rio de Janeiro e no Espírito Santo teve o primeiro foco

em Itaperim. Daí famílias indígenas com índios infetados procuraram refúgio próximo dos portugueses (Cartas, p. 234), mas a doença alastrou com facilidade devido à concentração de indígenas em torno das duas vilas. Brás Lourenço ficou com o serviço da confissão e baptismo *in extremis* ao lado do irmão língua; e tão acelerada que do dia que lhe dava até o 6º, os levava, a uns com *prioris*, a outros com *camaras de sangue* (Cartas, p. 233). A mortalidade foi alta, porque havia dias de se enterrarem treze cadáveres. As sepulturas do interior da igreja rapidamente ficaram completas e passou-se para o adro, havendo necessidade, por economia de espaço, de se inumarem dois corpos em cada campa. O padre proibiu o toque de rebate do sino a anunciar uma morte, na tentativa de controlar o pânico entre as pessoas. No final, o cômputo dos mortos apenas entre os escravos atingiu o número de seiscentos.

Se fazia dia de enterrarem treze; por estar já o adro cheio, botavam dois em uma cova: já não chamavam ao Padre senão *o que leva os mortos*, e porque não acabasse de entrar o pasmo [...] mandou que não tangessem, porque com tanto tanger de sino e campainha esmaiavam. Finalmente que em breve tempo achamos por conta a 600 escravos serem mortos (Cartas, 1988, p. 233 - 234).

Assustados, sem conhecimento dos meios de propagação da infeção, depressa se espalhou entre os índios a ideia de que a água do batismo era a causadora do aumento da doença. Não importava o quanto os jesuítas se esforçassem, não conseguiam acudir a todos, tão-pouco substituir o respeito pelo saber e experiência dos mais velhos, em especial *os ditos das velhas*. A custo, e pontualmente, conseguiam alguma conversão, os índios preferiam fugir e esconderem-se a ficar e enfrentar o batismo com receio de morrerem. Quando em aflição, a maioria preferiu as crenças em que haviam sido educados. No conteúdo da carta, maioritariamente ocupado pela descrição dos horrores da doença, o episódio de uma índia idosa chama a atenção por constituir exemplo da sociedade híbrida que se construía:

Na aldeia com as velhas não ha cousa que as mova de nossa parte para quererem receber o bautismo, porque têm por mui certo que lhe deitam a morte com o bautismo. Uma estando doente foi convidada. Respondeu que sim, mas em breve espaço tornou a dizer que não. Foi chamado um Indio seu parente que lhe viesse falar; o qual é bem instruido dos Padres, e falando á velha da morte e paixão de Nosso Senhor, alevantou-se na rede e disse que a bautisassem que queria ser christã (Cartas, 1988, p. 233 - 234. Adaptado).

Compreende-se que a morte era algo que a índia não queria, por isso negou a água do batismo. Porém, quando alguém da sua confiança lhe explicou que Jesus morrera e ressuscitara, ser cristã tornou-se algo atrativo porque, assim, poderia viver de novo. Permite ainda refletir sobre o modelo de catequese com caráter de urgência, no caso o perigo de morte eminente, no qual *de crer é que de filhos da ira se tornavam filhos da graça* (*Cartas*, p. 334). Para os jesuítas, do limiar da morte só escapavam aqueles que Deus escolhia para bom exemplo, os restantes não voltariam a reincidir nos pecados em que viviam. No exemplo, a persuasão exercida foi um processo unilateral, porém de mútuo assentimento e nele convergem outros casos, como se o escritor seguisse um roteiro pré-estabelecido do qual constam a aproximação dos missionários, as polémicas advindas do confronto entre os dois mundos, a revelação de Deus aos indígenas, seguido da catequese e, finalmente, a salvação com o batismo.

Por esta altura, a aldeia indígena de Vasco Fernandes, o Gato, estava dividida em dois núcleos, um na ilha de Santo António e outro *além do rio* (*Cartas*, p. 234), mas na primeira metade do ano de 1559 o *principal dos Índios se poz á outra banda com toda sua casa* (*Cartas*, p. 238). Incomodado pelos cristãos que se comportavam como *cunumis*, ou seja, como moços, lastimava-se das mudanças operadas nos portugueses que desrespeitavam os antigos acordos e induziam os índios a venderem-se a si próprios, aos filhos e outros parentes na tentativa de conseguirem repor as peças que haviam perdido com a epidemia (*Cartas*, p. 241). Sem escrúpulos, todo o subterfúgio era válido. A quantidade e as formas abusivas utilizadas assumiram proporções que ultrapassavam qualquer limite. Na tentativa de salvaguardar a população indígena, o superior dos jesuítas, o padre Brás Lourenço, foi impelido a intervir. Fazendo uso da sua autoridade eclesiástica, procurou negociar limites que fossem aceites pelos colonos, servindo-se de argumentos de ordem ética (*Cartas*, p. 241). De imediato conseguiu que aceitassem chegar a um acordo, porém, aos poucos, desistiram quando perceberam como este lhes seria prejudicial do ponto de vista económico. Sem pacto possível o capitão Belchior de Azeredo, que substituíra o donatário, saiu em socorro de Brás Lourenço e *mandou apregoar que ninguem as comprasse, sob pena de as perder* e ao dinheiro (*Cartas*, p. 241). Dessa forma os ânimos refrearam-se um pouco, mas a confiança tinha acabado. Portanto, Vasco Coutinho tomara a decisão de se apartarem dos cristãos que não paravam de molestar os seus. Depois da saída

intempestiva para novo local e depois das malocas já construídas, conseguiu Brás Lourenço que aceitassem a construção duma igreja e abrigo que servissem nas deslocações quando os fossem doutrinar, com esse intuito *uma vez foi lá o Padre para apontar o que era necessario para o sitio de nossa egreja e casa* (*Cartas*, p. 245). O lugar escolhido por Vasco Fernandes para a aldeia não agradou muito a Brás Lourenço, mas como se haviam mudado havia pouco tempo e as casas eram novas ficou acordado que eles fariam, posteriormente, *uma egreja para qualquer parte que desejássemos* (*Cartas*, p. 245). Ficou acertado que, no domingo seguinte, Brás Lourenço regressaria para acertarem os detalhes. O que de facto aconteceu no início de Junho. No domingo aprazado pela manhã, debaixo de muita chuva, seguiram Brás Lourenço, António de Sá e Gonçalo Álvares com destino à aldeia onde este último fez um sermão sermão bem longo em tupi.

Determinou Brás Lourenço a transferência do irmão António de Sá para a assistência na aldeia. Este, para o efeito, recebeu instruções do seu superior de como procederem para se fazer a casa e a igreja, tomando na mesma altura a seu cargo a escola dos meninos que iria funcionar numa cabana de palha, *tixipar* ou *tijupar*, a ser erguida no centro da aldeia.

Voltamos a ter notícias da aldeia em 1562, embora em outro espaço, mas não mais de Maracaiaguaçu. Fabiano de Lucena, um dos padres língua, levado para o Espírito Santo em 1556 por Manuel da Nóbrega e, entretanto ordenado sacerdote, tinha, há dois anos, à sua responsabilidade a aldeia, assim como toda a conversão dos índios, *porque para isto lhe deu Nosso Senhor muito bom talento* (*Cartas*, p. 366).

A grande aldeia, como é designada no documento, era habitada pelos índios que haviam saído do Rio de Janeiro e contava, a 10 de Junho de 1562, cerca de mil almas aliadas dos cristãos portugueses (*Cartas*, p. 367). Localizada *arriba da povoação dos cristãos* num bom sítio, a que se chegava por almadia, fora erguida por indicação do padre Lucena havia dois anos, portanto em 1560. Esquadrinhando a carta anterior do Espírito Santo, de há precisamente três anos atrás, encontra-se o porquê da mudança. Na saída rápida da ilha de Santo António, o principal fizera erguer a aldeia em local do desagrado de Brás Lourenço. Mantiveram-se nela, porque seria insensato e penoso desperdiçar trabalho e construções novas, numa terra em que quase tudo faltava e se haviam adaptado a viver com o que se lhes oferecia. Contudo, ficara a ideia de poderem os índios voltar a construir igreja onde os jesuítas desejassem (*Cartas*,

p. 245). A referência ao facto da aldeia haver sido feita um ano depois da anterior segue o anterior compromisso de a erguer em lugar do agrado do superior Brás Lourenço, cuja escolha se estaria a reger pelos critérios de salubridade, defesa e acesso, traços comuns aos restantes aldeamentos jesuíticos.

A igreja construída da invocação de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição, apesar de airosa, era pobre, nem cálice tinha para as celebrações, daí o pedido modesto a Lisboa *de um desses ornamentos de que lá não fazem muita conta lhe fora cá mui bom pera as festas* (*Cartas*, p. 366). Nela fizeram construir, além da igreja uma casa para os jesuítas se alojarem durante as deslocações e outra onde habitava um casal cristão a quem os jesuítas haviam delegado a tarefa de educar os jovens, preparando-os para o trabalho e para o casamento.

Ao longo de cinco anos, desde a fuga do Rio de Janeiro à fixação junto dos portugueses na vila de Vitória e às mudanças subsequentes, a aldeia dos Temiminós do cacique Maracaiaguaçu permaneceu aldeia dos índios, do Gato, da vila, do outro lado. Quando nela se construiu a igreja, simbolicamente, passou a integrar a esfera do mundo cristão português, acabando por adoptar o nome da padroeira: N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Conceição. Em todo este tempo e trajetória o retrato físico quer do principal Maracaiaguaçu, quer dos seus, é inexistente. Sem receber uma palavra de individualização, não se conhecem nem os traços particulares, nem os étnicos. Nas escritas de tipo edificante da Companhia de Jesus o relato das conquistas espirituais sobrepõe-se aos demais. Vence o estereótipo do índio que, ao longo dos séculos, tem sofrido sucessivas substituições.

38

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANCHIETA, José de. **Cartas**: informações, fragmentos históricos e sermões. *Cartas Jesuíticas*. Vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

**Annaes da Bibliotheca Nacional**, Vol. 27. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1905.

- Cartas Avulsas, 1550 – 1568.** Azpilcueta Navarro et al. Cartas Jesuíticas. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das missões jesuíticas da amazônia (século XVII). **Lusitânia Sacra**. 2ª série. Nº 15. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2003, p. 163-209.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 2ª edição. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. Brasiliana. Nº 168. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.
- COUTO, Jorge, **A Construção do Brasil - Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos, confrontos e encontros**. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Évora, 2014.
- FERRO, João Pedro, A Epistolografia no Quotidiano dos Missionários Jesuítas nos Séculos XVI e XVII, Separata da Revista **Lusitania Sacra**, 2ª série, Tomo V, Lisboa, 1993, p. 137-158.
- GRUZINSKY, Serge. Um Christ métis. **Les Collections de L’Histoire**, n. 38. Paris: 2008, p. 50-53.
- La misión y los jesuitas en la América Española, 1566 – 1767: cambios y permanencias**. Coord. José Jesus Hernandez Palomo e Rodrigo Moreno Jera. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2005.
- LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas**, Brasiliana. Vol. 194. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.
- \_\_\_\_\_. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Ed. Fac-símile. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.
- LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Tradução integral e notas de Sérgio Milliet segundo a edição de PAUL GAFFÁREL com o Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil, 1549 – 1560**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

- O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. Trad. Domingos Arnaldo Donida. São Leopoldo (RS): Editora UNISINOS; Bauru, 2004.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação tamoio. **MANA**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 401-433, out. 2010.
- PINHO, Sebastião Tavares de. Francisco Xavier em Lisboa a caminho do Oriente (1540-1541). **Humanitas**. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, 2000, p. 297-309.
- RAFAEL, Vicente L. **Contracting colonialism**: translation and Christian conversion in Tagalog society under early Spanish rule. 3<sup>rd</sup> ed. Durham: Duke University, 2003.
- RODRIGUES, Pero e Quirício CAXA. **Primeiras biografias de José de Anchieta**. Introduções e notas do padre Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo : Edições Loyola, 1988.
- ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. **História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI a XVIII)**. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <[www.ie.ul.pt](http://www.ie.ul.pt)>.
- SALVADOR, Fr. Vicente do. **História do Brasil**. Nova edição. Revista por Capistrano. SP; RJ: Weiszflog Irmãos, 1918.
- THÉVET, André. **La cosmographie universelle**. Tome 2. Livre XXI Paris: Guillaume Chandiere, 1575.